



# Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]  
www.pormassas.org - por@pormassas.org - especial - Maio de 2014

## ELEIÇÕES PARA A DIREÇÃO DO ANDES-SN TAREFA: DEFENDER O ENSINO PÚBLICO, CONSTRUIR UMA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Nos dias 13 e 14 de maio ocorrem as eleições para a direção do Andes-SN no período de 2014 a 2016. As eleições ocorrem no contexto da crise mundial do capitalismo, que impacta na educação pública e expande o ensino privado. No caso do ensino superior público, são muitos os problemas: corte de verbas do orçamento, imposição do REUNI, FUNPRES e EBSEH, financiamento das universidades privadas, precarização de condições de trabalho e estudo, falta de professores, destruição de direitos sociais, ataque à restrita autonomia universitária, fim da paridade entre ativos e aposentados, avanço das fundações privadas, entre outros.

Durante o 33º Congresso da entidade, realizado de 10 a 16 de fevereiro, em São Luís-MA, foi inscrita apenas uma chapa, chamada “Andes-SN de luta e pela base” e apresentados os nomes para a direção nacional. Apesar de não aparecerem abertamente ligados aos partidos, sabe-se que a chapa é composta basicamente por pessoas ligadas ao PSol, “independentes” e outras forças políticas. Portanto, trata-se de uma chapa que dá continuidade à política para a educação e a universidade desenvolvida atualmente pela direção do Andes.

### A chapa única reflete o domínio do reformismo e do burocratismo

A existência de uma única chapa nestas eleições expressa a predominância da política reformista do PSol e de uma parte dos “independentes” no Andes. Apesar de alguns integrantes da chapa não fazerem parte da atual direção nacional, já figuravam nas direções regionais e integravam o coletivo que dirige a entidade. Observa-se apenas a alternância de pessoas nos cargos da direção nacional, sem que haja de fato uma renovação da direção ou a mudança de política.

A política do PSol é caracterizada pelo programa adaptado à coexistência do ensino público com o privado e pelo apego às ações institucionais nas mesas de negociação e pela pressão parlamentar. Apenas sob pressão das bases radicalizadas diante dos ataques à educação e das manobras nas “mesas de enrolação” dos governos federal e estaduais, a direção é forçada a desencadear os movimentos grevistas. A greve nacional de 2012 é um exemplo de como as bases forçaram a direção do Andes a ir além do que realmente desejava.

A direção do Andes não trava claramente uma luta tenaz contra o ensino privado, defendendo apenas genericamente uma posição contra a mercantilização do ensino. Não levanta a bandeira de estatização do sistema privado de ensino, sob

controle dos que estudam e trabalham, e, por isso, é impotente quanto à defesa enérgica do ensino público, contra o avanço da mercantilização e desnacionalização do ensino no país.

Os critérios burocráticos de formação de chapa nacional e regionais, com 83 nomes no total, dificultam ou impedem que as demais correntes, entre elas a Corrente Proletária na Educação/POR, possam organizar uma chapa de oposição, que defenda claramente um programa revolucionário e proletário para a educação e universidades, que combata o ensino privado e as medidas de ataques dos governos e que se apoie na ação direta das bases (manifestações, ocupações, greves), sem qualquer ilusão nas negociações de cúpula com os governos ou nos métodos institucionais e parlamentares de conciliação de classe.

### Como se explica a impotência do PSTU diante da direção do Andes

A clara exclusão do PSTU da construção da chapa para o Andes pelo PSol e “independentes” é um indício do método utilizado por essa chapa. Mas há um problema de fundo que é preciso analisar. Por que o PSTU, que dirige o coletivo “Andes em luta”, não é capaz de constituir um polo de oposição à política reformista e aos métodos institucionais/parlamentares do PSol à frente do Andes? A razão se encontra no fato do PSTU se submeter à política do PSol dentro do Andes e não se diferenciar do ponto de vista do programa para a educação, particularmente, para as universidades, de sua prática no interior do movimento docente.

Além disso, o Andes constitui um importante suporte da CSP-Conlutas, de modo que a sua eventual saída causaria um grande enfraquecimento da entidade, que foi fruto da política divisionista do PSTU. De fato, o PSTU se encontra impotente diante do PSol no Andes, não combate a política reformista da direção da entidade e as tendências conservadoras de uma parte da categoria. Ao contrário, se apoia no suposto conservadorismo para defender posições adaptadas ao reformismo. Tem receio que o combate frontal à política da direção do Andes leve a um processo de acirramento das posições e à tentativa de desligamento frente à CSP-Conlutas.

Apesar de ter apresentado no último Congresso um texto de resolução com a defesa do Andes sem a figura do presidente e a proporcionalidade de chapas nas eleições, correu até o último minuto atrás do PSol para formar uma chapa. Foi rejeitado pelo PSol e pelos “independentes”. O PSTU está, portanto, de mãos e pés atados diante da política da atual direção.

DEFENDER A POLÍTICA PROLETÁRIA PARA A EDUCAÇÃO

# Constituir uma direção revolucionária para o Andes

A Corrente Proletária na Educação/POR, desde o início de sua intervenção no movimento docente nacional, nos Congressos e reuniões convocados pelo Andes-SN e pelas regionais tem defendida claramente um programa revolucionário para a educação e, particularmente, para as universidades, combatendo a política reformista das direções, que travam o avanço na organização e combatividade do movimento docente. Combate igualmente o governismo do PROIFES e das direções ligadas a essa entidade criada pelo governo petista para dividir o movimento docente.

Ao contrário de justificar o conservadorismo no seio dos professores, trabalha por desenvolver a consciência política coletiva das bases da necessidade de combater o ensino privado e a mercantilização da educação por meio da estatização do sistema privado de ensino, sob controle dos que estudam e trabalham, e da conquista da real autonomia universitária, por meio do método da ação direta, da organização, mobilização e da luta de classes.

É preciso constituir uma direção revolucionária para o movimento docente por meio do trabalho paciente nas bases. Sem essa tarefa, o Andes continuará sob a política do reformismo e as bases docentes sob ataque dos governos. Diante dessa realidade, a CPE/POR chama os docentes a votar nulo nas eleições dos dias 13 e 14, a constituir uma direção revolucionária para o movimento docente, que levante as seguintes tarefas:

1) Avançar coletivamente na organização, mobilização, aprovando um plano de lutas e campanhas em defesa das nossas reivindicações contra os ataques dos governos federal e estaduais;

2) Assumir uma posição clara em defesa da Universidade Pública contra o ensino privado e a política privatista e de desnacionalização da educação dos governos federal e estaduais;

3) Defender a autonomia universitária como autogoverno. Combater a burocracia e se colocar por um Governo Tripartite de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Universitária, com voto universal e mandato revogável;

4) Defender o financiamento público integral das

Universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha. Fim imediato dos subsídios e financiamentos à educação privada. Cancelamento das dívidas dos estudantes do sistema privado. Incorporação dos estudantes do ProUni e do FIES ao sistema público de ensino. Expropriação, sem indenização, da rede privada de ensino.

5) Rejeitar o Ensino a distância. Fim imediato do ensino a distância nas universidades públicas. Revogação da legislação que implanta o EaD. Expropriação das empresas que o exploram.

6) Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista, por consolidar a coexistência do ensino privado e público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.

7) Lutar por um sistema único de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social.

8) Defender a unidade da categoria docente em nível nacional e local, unificação com as lutas estudantis e dos técnicos-administrativos, contra as tentativas de divisionismos existentes;

9) Lutar contra o processo de burocratização e estatização das organizações e entidades sindicais. Libertar as organizações sindicais das burocracias estatizantes. Conquistar a independência política dos sindicatos diante da burguesia e de seu Estado;

10) Combater a criminalização e judicialização dos movimentos sociais, populares, sindical e grevista. Defender o direito de livre expressão, manifestação, organização e de greve. Derrubar a indústria das multas que penalizam as greves;

11) Defender a unidade organizativa dos trabalhadores contra a fragmentação e divisionismo das burocracias. Por um congresso de unificação e constituição de uma única central sindical, democrática, combativa e de luta, independente dos governos e partidos burgueses;

12) Derrubar a Reforma da Previdência, o FUNPRESP e a EBSERH por meio da luta de classes, sem qualquer ilusão no parlamento, no governo e na Justiça burguesa (STF).

**Corrente Proletária na Educação-Universidade**  
**Partido Operário Revolucionário [POR]**

[www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) - [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org) - Caixa Postal 01171, CEP 01059-970 SP